



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Vice-Presidente

As. Sec. Secreção de Estado 23
Reunio Parlamentar

29.1.2001

Almeida

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

REQUERIMENTO N.º 737/VIII (2.ª) - AC

31.01.2001

[Signature]

Em 15 de Novembro de 1994, através do requerimento n.º 142/VII, alertei o Governo então vigente (do PSD) para o risco da Baixa de Águeda ser submergida em consequência das proporções sinistras que estavam a tomar os aterros dos acessos da EN1 à nova EN 333, assim como o troço desta que atravessa a várzea, na zona dos Abadinhos, junto ao Sardão. Perguntava então por que razão não tinha sido utilizado em Águeda o mesmo sistema posto em prática no Baixo Vouga e no Baixo Mondego, através da construção em tabuleiros de betão armado sobre pilares. E interrogava ainda o Governo sobre as medidas destinadas a garantir um eficaz escoamento do rio em época de cheias, bem como a segurança de pessoas e bens. Recebi uma resposta assinada pelo Chefe de Gabinete do então Ministro das Obras Públicas. Justificava a obra feita e afirmava que "em condições excepcionais, se houver algum agravamento do nível da cheia na várzea, este será, segundo cálculos, no máximo de mais 40 cm devido à nova estrada e projectar-se-á para montante enquanto a Baixa da cidade de Águeda se situa a jusante do aterro em causa".

Em 24.12.95, estava eu na minha casa de Águeda na Rua Vasco da Gama, ou seja, a jusante, quando a cheia começou. No dia de Natal atingiu cerca de 1,80 m no interior da minha casa, o que nunca, em tempo algum, havia acontecido. As águas não subiram mais 40 cm, como indicaram os cálculos, subiram mais de 1,50 m do que é normal. Ou foi o rio que enlouqueceu ou os cálculos estavam errados.

Em 1996, através de dois novos requerimentos apresentados ao Governo do PS, em 15 de Janeiro e 27 de Novembro, perguntava "que medidas foram ou serão tomadas para impedir que as mesmas causas produzam os mesmos efeitos". Infelizmente tenho de voltar a fazer a mesma pergunta. Pensava-se que nunca mais seria possível uma cheia como a de 1995. Mas em 26 e 27 de Janeiro de 2001 as águas subiram ainda mais meio

metro do que em 95, provocando nos estabelecimentos comerciais e nas casas particulares danos incalculáveis e em certos casos irreparáveis. É a própria

| |
|---|
| Assembleia da República Gabinete do Presidente |
| N.º de Entrada 580 |
| Classificação |
| Data 29.01.01 |

[Stamp: 1.º FEV 2001, Fumo]

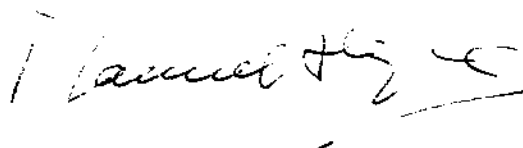
Palácio de S. Bento - 1206 Lisboa Codex

sobrevivência da Baixa de Águeda e do Sardão que está em causa. Não é natural que em meia dúzia de anos ocorram cheias muito superiores a todas as outras na história de Águeda. Não foi a natureza que mudou. Foram obras mal feitas e outras que deviam ter sido feitas e não foram que deixaram degradar a natureza e desviaram o curso das águas. Nestes últimos anos Águeda viu o seu rio poluído, os seus campos invadidos por monstros de cimento, a sua harmonia atingida por um crescimento anárquico e desregulado. Sendo natural de Águeda, não posso ficar indiferente à destruição da parte histórica da minha terra e da própria casa em que nasci.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais, solicito a V. Ex.a que por intermédio dos ministérios competentes me seja esclarecido o seguinte:

- a) Que medidas vai o governo tomar para desburocratizar e acelerar o apoio às vítimas das cheias?
- b) Quando e como vai impulsionar e concretizar o desassoreamento do rio Águeda?
- c) encara ou não a urgência de açudes a montante do rio, nomeadamente o já previsto em Ribeiradio?
- d) admite ou não levar a cabo uma peritagem pelos organismos competentes, designadamente o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o Instituto da Água, a fim de apurar com rigor se há relação directa entre as obras públicas realizadas na zona e o aumento excepcional das últimas cheias e, em caso afirmativo, que medidas propõe para as corrigir e evitar a repetição das consequências catastróficas da subida das águas do rio Águeda?
- e) Que medidas irão ser tomadas pelo Governo em articulação com a autarquia para proteger os terrenos classificados como Reserva Ecológica nesta zona?

O deputado



Manuel Alegre

Lisboa, 29 de Janeiro de 2001